



Parecer Jurídico 18/2023

Requerente: Vereador Presidente Rodriguinho da Ótica.

EMENTA: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2023. ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 165/2021 PARA ACRESCENTAR AS FUNÇÕES GRATIFICADAS E AUXÍLIO QUE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

1 – DO RELATÓRIO:

Trata-se de encaminhamento de matéria nos termos da Resolução nº 006/2015, solicitando parecer jurídico quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 003/2023, de autoria da Mesa Diretora do biênio 2023-2024.

É o relatório, passo a opinar.

2 – DA FUNDAMENTAÇÃO:

Analisando integralmente o Projeto de Lei Complementar nº 003/2023 encaminhado pela Mesa Diretora em exercício, vislumbro que este atendeu aos requisitos regimentais, por isto está apto a ser tramitado nos termos do artigo 45, do Regimento Interno desta Câmara.

O presente projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I, da Constituição Federalⁱ e artigo 29, inciso I, artigo 43, inciso X, ambos da Lei Orgânicaⁱⁱ, cuja pretensão é alterar a redação de artigos dispostos no Estatuto dos Servidores Públicos da Câmara Municipal.

Pois bem, no que se refere à iniciativa do presente projeto, verifica-se que a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 87, inciso IIIⁱⁱⁱ, leciona que são de iniciativa privativa da Câmara as leis que disponham sobre criação ou transformação de cargos,





empregos ou funções, bem como da remuneração dos seus servidores. Desta feita não há que se falar em vício de origem.

Quanto a adequação ao tipo de lei formal, é necessário ressaltar que, o presente Projeto de Lei Complementar versa sobre a alteração do disposto na Lei Complementar nº 165/2021, e para alteração de um dispositivo de lei que exige o quórum qualificado para sua aprovação, deve ser realizado o mesmo procedimento. Ademais, conforme o disposto no **artigo 95, VI da Lei Orgânica^{iv}**, o regime jurídico de servidores públicos se trata de assunto que obrigatoriamente deve ser legislado através de Lei Complementar. Logo, verifica-se que o Projeto apresentado possui amparo constitucional.

Ademais, nos termos do **art. 16, incisos I e II, c/c o art. 17, § 1º, da Lei Complementar Federal 101/2000^v** (Lei de Responsabilidade Fiscal), o demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro acompanhou o projeto, mostrando que a intenção é a alteração da estrutura administrativa da Câmara Municipal, como forma de melhor organizar a distribuição de funções entre seus funcionários; bem como, de proporcionar auxílio para educação superior dos mesmos, de forma a especializar o seu quadro de servidores para melhor atender a população.

Feitas tais observações, a presente propositura não padece de vício de inconstitucionalidade, ilegalidade e juridicidade, estando apta para ser discutida e votada pelo Plenário conforme conveniência dos Nobres Edis.

3 – DA CONCLUSÃO:

Ante o exposto, respondendo a consulta formulada pelo Ínclito Vereador Presidente Rodriguinho da Ótica, **entendo pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 003/23, pelos fundamentos que aqui foram apresentados.**

É importante destacar que o presente parecer não vincula a decisão superior.

É o parecer.



*Fazendo
por você.*



Pires do Rio, 03 de maio de 2023.

Laura Camilo de Almeida

Laura Camilo de Almeida

Consultora Legislativo – Jurídico (Portaria nº 048/22)

Geraldo Rincon Júnior

Procurador Jurídico (Portaria nº 06/22)

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II – [...];

Art. 29 - Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II – [...];

Art. 43 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Município obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I – [...];

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 49, desta lei, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Art. 87. Compete privativamente à Câmara Municipal:

III - propor, através de projeto de resolução, a criação, a transformação ou a extinção dos cargos, empregos ou funções de seus serviços e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração;

Art. 95. São objetos de lei complementar as seguintes matérias, dentre outras estabelecidas nesta lei:

VI - o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

“Conheça e divulgue a arte e a cultura de Goiás”.

Av. Maria Guiotti, nº 74, Centro – Ed. Goiaz Cavalcanti Nogueira
CEP 75200-000 – Pires do Rio, Goiás – Caixa Postal 39 – CNPJ 03.323.686/0001-40
E-mail: camarapiresdorio@gmail.com – Tel.: (64) 3461-1610 e 3461-5397



I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - [...];

